

Analogias e discordâncias das numárias medievais de Leão-Castela e Portugal

Por Damião Peres

MUITO reconhecidamente agradeço à ilustre Direcção da Sociedad Ibero-Americana de Estudios Numismáticos a honra de ter-me convidado para realizar a conferência inaugural de mais um dos ciclos culturais que com tão evidente brilho vem levando a efeito ano após ano.

Esse convite, já penhorante por tantos motivos, é para mim igualmente grato por me dar a honrosa oportunidade de usar da palavra nesta gloriosa Universidade de Salamanca que mantém com a cultura portuguesa laços que se forjaram há seis séculos e se têm prolongado sempre. Com efeito foi a organização dos estudos desta Universidade um dos modelos seguidos pela de Coimbra nos primeiros tempos da sua existência. Mais tarde, já quando acorriam a Salamanca muitos estudantes portugueses, aqui fizeram a sua formatura alguns dos mais ilustres vultos científicos do Portugal da Renascença: André de Resende, notável erudito; Pedro Nunes, o grande matemático; García d'Orta, insigne botânico, e Amato Lusitano, afamado médico; todos de renome europeu. E sempre, século após século, até aos nossos dias, essas relações se mantiveram. Assim, facilmente se compreenderá com quanto júbilo aqui me encontro, integrado nessa cadeia de relações culturais, que têm tanto de cordial como de já antiga.

Antes de prosseguir devo confessar que representou para mim séria dificuldade escolher um tema numismático que pudesse ser apresentado perante tão ilustres pessoas como as que me estão ouvindo; porém acabei por fixar-me no estudo das analogias e divergências que ocorreram, no decurso da Idade Média, entre a evolução monetária portuguesa e a do vizinho reino leonês-castellano, explicando-as à luz da interdependência sempre existente entre a moeda de cada povo e as vicissitudes da sua vida nacional. Tema numismático este, pois assenta na concepção de que a Numismática é uma ciência histórica que, com base nas moedas,

documenta os sucessos históricos, quer ajudando ao seu conhecimento, quer confirmando-os ou reflectindo-os. Dada esta prévia explicação, entrarei no desenvolvimento do tema que me proponho tratar.

Nos primeiros tempos da Reconquista Cristã, esses de ha mil anos e immediatamente subsequentes, os habitantes do território peninsular ocidental, onde, nos alvares do século XII viria a constituir-se Portugal, dispunham, quanto aos meios de pagamento, dos mesmos recursos que os das demais parcelas do reino de Leão. Com efeito, nas futuras terras portuguesas, como em todo o âmbito da monarquia leonesa, esses meios consistiam então, ou em bens de uso comum, ou em alguma das variadas espécies monetárias instituídas pelos sucessivos povos dominadores da Península: moedas romanas, suevas, visigóticas e árabes; as de prata, com generalizada designação de *soldos*, uma ou outra vez acrescida de adjectivação qualificativa; as de ouro algumas vezes com a vaga designação de *nummus auri* no habitual latim dos velhos documentos, como que a sugerir espécies romanas ou bárbaras, mas mais geralmente com nomes arabizados-*melcales*, *morabilinos* e *mosmodis*, as maiores, ou com o nome vulgar, *mealha*, as menores.

Tudo isso se acha suficientemente estudado, e se a tal facto me refiro é unicamente para acentuar que nesses longínquos primórdios dum embrionário Portugal, a analogia numismática acompanhava a política, como contiuiu a acompanhá-la desde que começaram correndo as moedas leonesas, mas introduzindo-se agora na nomenclatura monetária a denominação *dinheiro*, iniciada com aplicação às um tanto escuras moedas de bolhão emitidas por Afonso VI, as primeiras de que há segura notícia e conhecimento material. Uma referência documental portugalense de 1090, a mais antiga que conheço, consiste na denominação de *dinheiros escuros*, dada às moedas indicadas num contrato de venda de bens imobiliários realizado naquele ano e onde elas aparecem como satisfazendo uma obrigação fixada em soldos: «*centum solidos de denarios brunos*». Do ano seguinte, 1091, existe um outro contrato em que, embora sob redacção diversa, certamente se alude ao emprego de idênticas moedas afonsinas, embora esse contrato pudesse levar a supor, aliás contra tudo quanto se sabe, que no tempo de Afonso VI se cunharam moedas de prata, pois neste a obrigação do devedor é expressa como sendo «dez soldos de prata da moeda do rei D. Afonso» (*decem solidos argenteis ab moneta domno Adfonsi regis*). Todavia não é forçoso interpretar assim essa frase; com efeito, notando-se que se generalizava já então a prática de pagar em *dinheiros* um valor expresso em *soldos*, e que anteriormente às primeiras emissões de Afonso VI, quando os pagamentos eram satisfeitos por meio de antigas moedas, uniformemente chamadas *soldos*, muitas vezes se especificava serem elas efectivamente «soldos de prata» (*solidos argenteos* ou *solidos argenti*), é bem de crer que neste documento de 1091 o emprego do adjectivo qualificativo dos soldos, que os diz de prata, resultasse apenas do desejo de acentuar que o valor do débito era de 10 soldos de prata pagos em moeda do rei Afonso, isto é, em *dinheiros* equivalentes aos dos correspondentes antigos *soldos de prata*, e que portanto a frase de 1091, se referia afinal, com outras palavras, à proporção estabelecida entre o valor do *soldo*, como unidade de conta quando representado nas novas e pequenas moe-

das, os *dinheiros*, proporção de 1 para 12, repetidamente subentendida em vários contratos posteriores, e até bem expressa num deles, de 1094, do qual consta que dois terços duma propriedade avaliada em 100 soldos, foram vendidos por 66 soldos e 8 *dinheiros*.

Instituída a independência de Portugal como reino autónomo, logo os monarcas portugueses puseram em prática um dos mais reivindicados direitos da realeza, o de cunhar moeda propriamente sua. Porém, fazendo-o, imitaram nelas certos pormenores das leonesas e castelhanas, não só quanto a valores, pois os *dinheiros* e as *mealhas* da numária portuguesa correspondiam em liga e módulos aos *dinheiros* e *óbulos* da numária leonesa e castelhana, mas também, uma ou outra vez, em raros elementos decorativos dessas pequenas moedas, como acentuou o ilustre numismata Ferraro Vaz.

A estas analogias poderia somar-se a da quase simultaneidade das cunhagens de moedas de ouro, os *morabitanos* ou *maravedis*, que iniciada em Leão por Fernando II e em Castela por Afonso VIII, teve começo em Portugal no reinado dos seus contemporâneos Afonso I e Sancho I; quanto àquele duvidosamente, é certo, pois não há segurança de serem autênticos os raríssimos morabitanos que lhe são atribuídos.

Todavia, não pode dizer-se ter sido por falta de matéria prima, que aquele primeiro rei português deixou de emitir morabitanos ou os emitiu diminutamente, visto que sempre dispôs de abundante numerário de ouro muçulmano. Com efeito, nos testamentos e codicilo lavrados entre 1176 e 1179 dispôs de 1.000 morabitanos duplos, 30.772 morabitanos simples e 19.564 *mozmodis*. Por minha parte posso acrescentar a esses bem conhecidos números outras informações documentais que têm passado despercebidas, não obstante revelarem o grande vulto do tesouro régio já em datas anteriores, 1155 e 1171. Refiro-me a dois autos de contagem do ouro que o monarca guardava no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, os quais se acham lavrados num velho códice daquela casa de religião. Segundo esses autos, o tesouro conimbricense de Afonso I compunha-se de 27.000 morabitanos em Dezembro de 1155, importância já elevada para 50.000 morabitanos e 4.000 *mosmodis* em Abril de 1171, data em que já havia *maravedis* leoneses e castelhanos que bem podiam ter-lhe inspirado o desejo de proceder analogamente. Porém, se foi justamente a abundância de moedas de ouro muçulmanas que o levou a dispensar-se de as emitir suas, bem ao contrário procedeu seu filho e sucessor, Sancho I, que possuindo também uma avultadíssima quantidade dessas moedas aplicou parte delas à emissão de morabitanos e o fez com largueza, como logicamente se pode concluir do facto de serem relativamente numerosos os que chegaram até aos nossos dias.

Porém, paralelamente a essas analogias algumas divergências formais caracterizam os numismas portugueses. Assim, ao passo que em Leão e Castela foi vulgar desde o século XII insculpir numa das faces das moedas o busto do imperante, em cuja variedade de representação se pressente o desejo de realizar um retrato, tal prática não existiu em Portugal antes da segunda metade do século XIV. De tempos anteriores a esta época só se conhece uma moeda portuguesa com aquela

característica, um dinheiro de Afonso I: mas esta moeda é de autenticidade muito duvidosa, e mesmo, se é autêntica, representa um caso único e portanto não típico. A figura do monarca aparece, é certo, nos morabitinos portugueses; mas não em busto, e sim como cavaleiro, na posição equestre chamada de autoridade, e sem traços fisionómicos, pois a exiguidade do campo de desenho os não consentia, simbologia que se repetiu até ao quarto monarca português, Sancho II, ou mesmo ao quinto, Afonso III, embora quanto a este sem absoluta certeza, pois divergem as opiniões dos numismatas na atribuição de ser seu ou de Afonso II o único morabitino que lhe tem sido atribuído.

Com este meso rei, Afonso III, uma divergência mais profunda veio somar-se às já ditas, pois enquanto no reino Leonês-castelhano se adoptava como unidade de conta e para perdurar, o *maravedi*, cuja cunhagem fora abandonada, como em Portugal a do equivalente morabitino, este monarca português, que vivera em França largos anos, introduzia na moeda portuguesa o sistema francês, que tinha por base a *libra*.

A adopção de *libra* como unidade de conta acrescentava ao tradicional cômputo do soldo, que se considerava representado por 12 dinheiros ou 21 mealhas, moedas efectivas, um múltiplo de contagem que lhe era vinte vezes superior, computando a libra em vinte soldos. Desta forma, ficavam correspondendo a uma libra nada menos de 240 *dinheiros* ou 480 *mealhas*, proporção que tornava difficilissima, ou mesmo impossível, a indicação do diminuto valor real de tais moedas, se houvesse de ser expresso directamente em função da unidade de conta, a libra; adoptouse, por isso uma complicada correlação de valores, relacionando o dessas pobres moedas com o dum certo peso de prata, o marco, cerca de 230 gramas como é sabido, dando-se-lhe um determinado valor expresso em *libras*. Assim fixando-se oficialmente em 12 libras esse valor, queria significar-se que com essa quantidade de prata, acrescida dos 11 marcos de cobre necessários para obter a baixa liga de 82 milésimos, que era a das ditas moedas, se fariam 12 vezes os 240 *dinheiros* correspondentes a cada libra, 2880 portanto, ou o seu equivalente em mealhas. Custa a crer que o comum das gentes compreendesse facilmente esta complicada maneira de exprimir, relativamente à libra, unidade de conta, o valor facial das pequenas moedas efectivamente cunhadas; mas parece que sim, que o compreendia. Já quanto aos morabitinos a fixação do seu valor em função da libra era fácil de estabelecer, atribuindo-se-lhes o de um certo número de soldos; e isto foi o que se praticou, dando-lhes valores maiores ou menores, conforme a sua época, e portanto o seu peso. Isto mesmo veio também a praticar-se relativamente às novas moedas com que os monarcas da segunda metade do século XIV consideravelmente ampliaram o quadro monetário português.

Retrocedamos, porém, novamente àquela segunda metade do século XIII e recordemos que a vida económica portuguesa progredia então em acelerado ritmo, expandido-se num crescente intercâmbio comercial, sobretudo com a Espanha, a França e a Inglaterra, sem desdenhar mesmo a visita de mercadores marroquinos que ao Algarve português vinham comprar as frutas secas, ainda hoje tão características dessa província. Os naturais reflexos monetários desta situação podem ver-se pa-

tentes num documento oficial de 1281, uma carta de quitação passada ao Tesoureiro-mor do Reino em 23 de Junho daquele ano, da qual consta ter aquele alto funcionário da Tesouraria régia recebido, no aliás curto espaço de dois anos, uma avultada quantidade de moedas inglesas, francesas, marroquinas e espanholas, sendo estas que importa referir agora, pelos motivos que a seguir vou dizer. Enumeram-se delas, além de certas quantidades de moedas de prata e bolhão, um importante número das de ouro, umas *dobras* que o documento denomina *fernandinhas*, e das quais indica terem sido recebidas 22 grandes e 507 pequenas, além de uma meia-dobra. Para a numismática espanhola este pormenor terá certamente interesse, pois revela que o rei Fernando III inaugurador da nova série de moedas de ouro, as *doblas de a uno* e as *doblas de a diez*, às quais o documento chama, respectivamente, *dobras pequenas* e *dobras grandes*, procedeu com grande largueza, nas emissões de ouro, mesmo na das *doblas de a diez* visto que no curto espaço de dois anos, e só no erário português, já estavam recolhidas 22 dessas moedas, presentemente tão raras que, segundo creio, apenas se conhece um único exemplar.

Poderia julgar-se que o manuseio de variadas moedas estrangeiras e a sua existência na tesouraria régia devessem rapidamente incitar os monarcas portugueses a uma imediata imitação; mas não sucedeu assim, pois só decorrido quase um século, reinando em Portugal Pedro I, contemporâneo do seu homónimo castelhano, foram cunhadas as primeiras dobras portuguesas e os primeiros *lorneses*, moedas de prata cuja denominação sugere influência francesa. Dessas moedas não existe presentemente exemplar algum; mas, a avaliar pela descrição que delas deixou o cronista Fernão Lopes, as dobras eram, quanto ao peso, análogas às sevilhanas, e quanto à simbologia do anverso uma cópia da moeda criada na Inglaterra por Henrique III ostentando nessa face a figura do rei no tipo *de magestade*, isto é sentado no trono e empunhando o cetro, tipo a seguir adoptado em França, por Felipe-o-Belo, e em Malhorca por Jaime II, mas em moedas com reverso diferente do da dobra portuguesa de Pedro I, que, nesta, era de tipo heráldico. Aqui temos pois como que retratadas nesta moeda portuguesa, por um lado as relações com Espanha e sua dependência malhorquina, e por outro com a França.

O recomeço de cunhagem de ouro e prata, com que esse Pedro I engrandeceu a numária portuguesa do seu tempo, não era afinal mais do que uma modesta amostra daquela proliferação monetária que logo praticou o seu filho e sucessor Fernando I, contemporâneo de Henrique II, pois ele, além de repetir as emissões de ouro e prata iniciadas por seu pai, lhes acrescentou, em bolhão, numerosos tipos monetários, que se somaram ao da modesta moeda, *o dinheiro*, tradicional numisma que nascera com o reino de Portugal e ia morrer com este seu nono rei, último da primeira dinastia portuguesa e aquele em cujo reinado se encetou um longo período de história monetária em que podem ver-se perfeitamente reflectidas as vicissitudes políticas e financeiras da Nação, e que poderia mesmo revelá-las, com o seu testemunho numismático, se por outras fontes históricas elas não fossem conhecidas.

Aquele Pedro I português sempre fugira a intervir na rivalidade de lutas tra-

vadas entre Pedro I castelhano e seu irmão, Henrique de Trastâmara, que veio a ser o rei Henrique II após a derrota e morte de Pedro I. Não assim o buliçoso Fernando I de Portugal, cujo acesso ao trono português ocorreu justamente quando o duelo político dos dois irmãos castelhanos se encaminhava ao seu desfecho fratricida; e logo alegando imaginados direitos à coroa castelhana como bisneto de Sancho IV, moveu guerra a Henrique II, secundado por algumas terras castelhanas onde predominavam os partidários do assassinado Pedro I que aderiram à sua pretensão, chegando a cunhar-se nelas moeda do rei de Portugal. Derrotado nessa primeira tentativa militar e em outras que ainda realizou, foram elas contudo origem da proliferação monetária de D. Fernando, que chegou a acrescentar à Casa da Moeda de Lisboa, única existente desde largos tempos anteriores, uma outra na cidade do Porto; e isto porque em todas as épocas, outrora como actualmente, a guerra custa muito dinheiro. Forçado a criar receitas, Fernando I emitiu então variados tipos de moedas, com as quais pôde baralhar valores e ocorrer às necessidades financeiras. Assim, em ouro, foram cunhadas *dobras* e *meias dobras* do tipo das do monarca francês Carlos IV, anverso com o rei em pé. Noutros metais cunharam-se novos tipos monetários: em prata, uma moeda análogo ao *tornês* de Pedro I, mas à qual deu o nome de *real*, repetindo o de idêntica moeda castelhana; em bolhão, além do já dito *dinheiro*, a *barbuda* e *meia barbuda*, vários tipos de *tornês*, o *grave* e o *pilarte*, tudo isso com valores faciais titulados em *libras* ou em *soldos*, arbitrariamente fixados, e com envilecimento de ligas, que tinha analogia com o castelhano Henrique II.

Com a morte de Fernando I, ocorrida em 1383, uma rivalidade dinástica luso-castelhana surgiu, determinando equivalente reflexos da política e da guerra na evolução monetária, reflexos que anos depois, já cessada essa causa, retrataram no campo dos valores monetários o começo da expansão ultramarina de Portugal.

Quando Fernando I morreu, sua filha D. Beatriz que lhe sucedeu no trono por não haver herdeiro do sexo masculino, achava-se casada com o rei de Castela, João I, motivo que determinou interferência deste monarca e levantamento português que levou à aclamação dum meio-irmão do falecido rei, o qual subiu ao trono português com um nome igual ao do seu rival castelhano, João I. Entre as coroas de Portugal e de Castela travou-se uma longa guerra, que com vicissitudes várias se arastou até 1411, acabando por se fazer a paz mediante o reconhecimento castelhano da nova ordem dinástica portuguesa. Quatro anos depois, vieram porém acrescentar-se às dificuldades financeiras suscitadas pela guerra as derivadas da dispendiosa expedição a Ceuta, e posteriormente, as da conservação desta conquistada cidade marroquina.

O *real* fernandino, moeda de prata com o valor facial de meia-libra começou a ser cunhado na liga de 916 milésimos e com o peso de 3,90 gramas, características logo descidas para a liga de 833 milésimos e o peso de 3,60 gramas, assim transitando para as emissões de 1384 do futuro João I, então simples regente, mas logo baixadas, uma vez mais, para a liga de 750 milésimos e o peso de 3 gramas; em 1386, o *real*, mantendo esse peso aproximadamente e o mesmo valor facial, deixou de ser cunhado em prata, passando a sê-lo em simples bolhão; em 1398, fabricado

ainda nessa baixa liga e com o peso um pouco diminuído, foilhe elevado o valor facial para 3 1/2 libras, sete vezes o anterior. Mais tarde, em 1415, ano da conquista de Ceuta, uma ainda mais profunda alteração monetária teve lugar, renovando-se a cunhagem dos *reais* de prata, mas agora com o valor facial de 350 libras, e repetindo-se o do real de bolhão, mas com o valor facial de 35 libras, e o do real de 3 1/2 libras, porém em cobre, sem qualquer parcela de prata. Mas desde então, a *libra*, tradicional unidade de conta, vivia os seus últimos momentos, aniquilada pela enormidade da elevação do valor facial das novas moedas, que faziam dela uma entidade a que não se podia ligar qualquer noção de valor real. Com efeito, quando João I tomou conta do governo de Portugal, cerca de 22 libras eram o valor de 1 marco de prata; agora esse valor ascendeu a mais de 15.000 libras. E assim, pouco a pouco, a essa unidade de aferição monetária se substituiu, primeiro na prática vulgar e depois na oficial, uma nova unidade, o *real* que havia de perdurar até à reforma monetária de 1911, como moeda visível dos primeiros tempos ou como simples unidade de conta no fim.

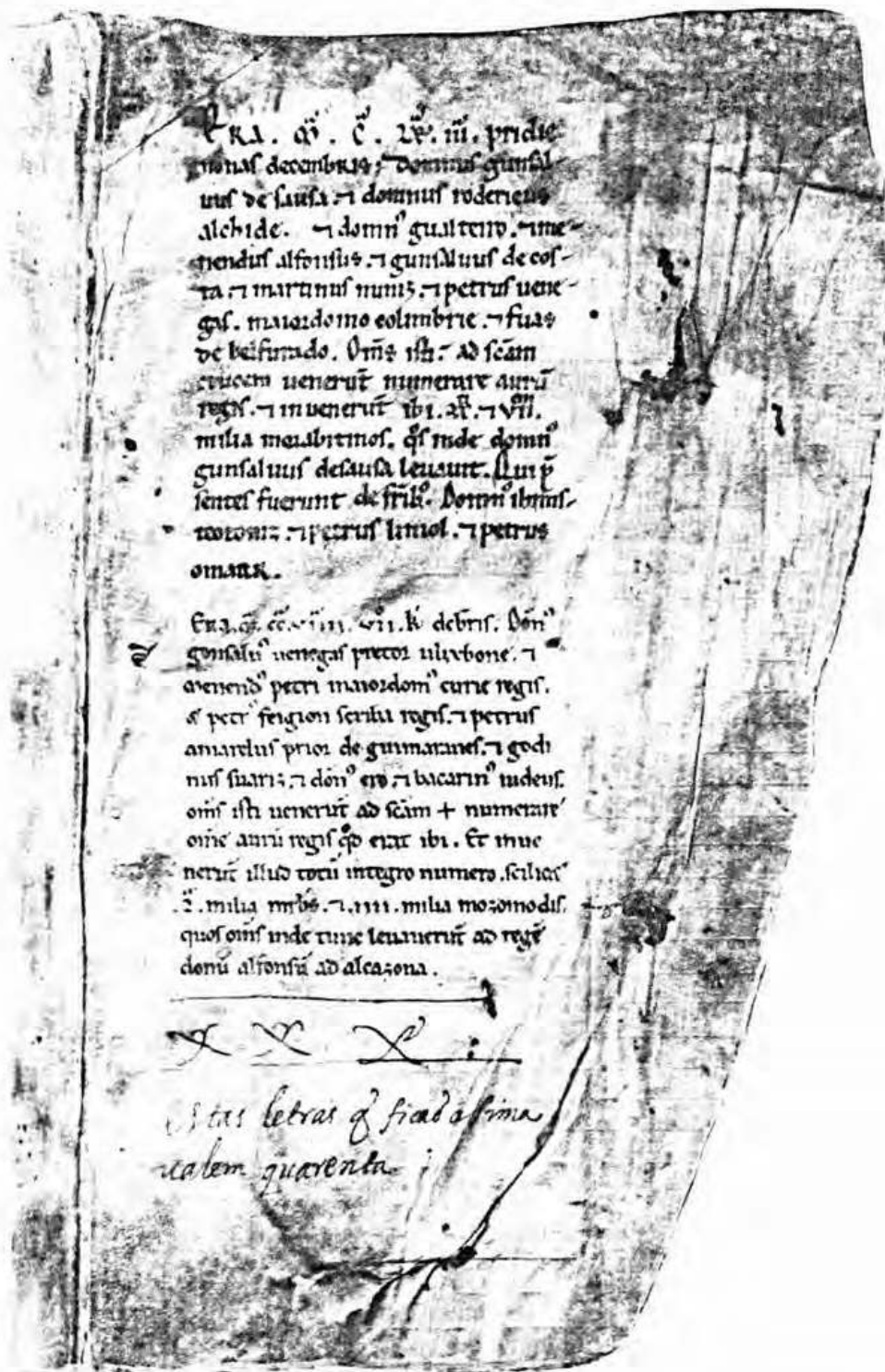
No termo cronológico da exposição que estou fazendo, isto é, quando a Idade Média se encerrava e os primeiros alvares da Idade Moderna abriam caminho na História uma muito interessante analogia irmanou Espanha e Portugal na sua evolução numismática, paralelamente à gloriosa marcha dos dois povos na expansão ultramarina e no alargamento da civilização cristã. Refiro-me ao tempo dos Reis Católicos e do monarca português D. Manuel. Enquanto a expansão ultramarina espanhola se assinalava com a fundação da Casa da Moeda do México, primeira das fundadas na América Espanhola, a expansão ultramarina portuguesa assinalava-se com a fundação das Casas da Moeda de Goa e de Malaca, primeiras das fundadas na Ásia Portuguesa. Paralelo interessante, sem dúvida e que muito me apraz assinalar.

O modesto relato de história monetária medieval no aspecto das suas interfe-reências portuguesa e espanhola, que tenho estado a fazer, não ficaria todavia completo, sem que se dedicasse uma palavra aos *moedeiros*, devotados trabalhadores sem cujo esforço não haveria essas peças metálicas, que lavradas em metais ricos ou pobres, movimentavam, não só a economia, mas também a política, a cultura, e toda a vida social.

Do reconhecimento dessa importância é claro testemunho a concessão de importantes privilégios domiciliários, forenses, tributários e militares, que em Portugal lhes foram atribuídos desde 1324, e em Castela já desde data anterior, como se vê numa longa carta de privilégios outorgada aos moedeiros de Sevilha por Afonso IV em 15 de Setembro de 1310, a qual, com as confirmações de Afonso XI, em 1327 e as de Henrique II em 1370, 1375 e 1376, se acha incluída numa certidão espanhola de 1416, copiada num velho códice do arquivo da Casa da Moeda de Lisboa. Mas essa certidão está nesse códice porque os moedeiros de Lisboa quiseram tê-la para justificar a aplicação, em Portugal, de certos privilégios forenses praticados em Castela.

Para além duma simples conveniência de moedeiros, o facto de registar-se num códice português, um diploma oficial espanhol, vale certamente como um símbolo

do bom entendimento entre as nações portuguesa e espanhola, que tanta vez e por tantas formas tem sido manifestando ao longo de muitos séculos de História.



Autos de contagem das moedas árabes de ouro pertencentes a D. Afonso I de Portugal, lavradas num códice do século XII

ANALOGIAS E DISCORDÂNCIAS DAS NUMARIAS MEDIEVAIS



Morabilino de D. Afonso II



Morabilino de D. Afonso III



Moedas de D. João I

1384.—Real de prata, valor 1/2 libra.

1386.—Real de bolhão, valor 1/2 libra.

1398.—Real de bolhão, valor 3 1/2 libras.



Moedas de D. João I

1415.—Real de prata, valor 350 libras.

1415.—Real branco (bolhão), valor 35 libras.

1415.—Real preto (cobre), valor 3 1/2 libras.



Morabilino de D. Sancho I



Dobra (ouro) de D. Fernando

